
ALGUMAS CONFUSÕES E ANOMIAS LÉXICAS NA ÉPOCA DAS SOCIEDADES DE MASSA *

Gerard Rabinovitch

Sociólogo, filósofo, pesquisador do CNRS/CERSES - Centre de Recherche: Sens, Éthique,
Société Université René Descartes (Paris V)

Resumo: O autor propõe uma reflexão sobre o que convencionou chamar de confusões e anomias léxicas em relação à utilização dos termos “resistência” e “terrorismo” em relação à ações levadas a cabo nas chamadas “sociedades de massa” assim como ao uso indistinto do termo “rebelde” para qualificar desde ações reivindicatórias de movimentos sociais a formas de viver de personalidades do espetáculo, passando por ações de violência e terror. Localiza historicamente o surgimento/emprego destes termos e analisa a trajetória de sua utilização até nossos dias, traçando um paralelismo entre terroristas, máfia e tráfico. Conclui advertindo-nos de que todas essas confusões participam da possível instalação de uma cultura imperial sem precedentes, de “todo poder”, de ódio, de niilismo e de razão instrumental.

Palavras-chave: resistência - terrorismo - sociedades de massa - crime organizado.

ALGUNAS CONFUSIONES Y ANOMIAS LÉXICAS EN LA ÉPOCA DE LAS SOCIEDADES DE MASAS

Resumen: El autor propone una reflexión sobre lo que convencionó llamar de confusiones y anomias léxicas con relación a la utilización de los términos « Resistencia » y « Terrorismo » relacionados a las acciones concretizadas en las llamadas « sociedades de masa » así como al uso indistinto del término « Rebelde » para cualificar desde acciones reivindicatórias de movimientos sociales a formas de vivir de personalidades del espectáculo, pasando por acciones de violencia y terror. Localiza historicamente el surgimiento/empleo de estos términos y analiza la trayectoria de su utilización hasta nuestros días trazando un paralelismo entre terroristas, mafias y tráfico. Concluye advirtiéndonos de que todas esas confusiones participan de una posible instalación de una cultura imperial sin precedentes, de « todo poder », de odio, de nihilismo y de razonamiento instrumental.

Palabras-clave : Resistencia ; Terrorismo ; Sociedades de Masas ; Crime Organizado.

* Tradução de Vanessa Andrade de Barros

Dans sa présomption, l'homme
a développé un faux sentiment de souveraineté
qui remplit le monde de terreur.
(Em sua presunção, o homem
desenvolveu um falso sentimento de soberania
que enche o mundo de terror).
Abraham Heschel

Croit-on pouvoir combattre la barbarie
en faisant l'ange?
Ce serait vouloir parer un coup de sabre
Avec un poignet nu.
(Cremos poder combater a barbárie
nos fazendo passar por anjos?
Isto seria querer se defender do golpe de um sabre
com as mãos nuas).
Bertholt Brecht

INTRODUÇÃO

Em 2003, aconteceu no Rio de Janeiro o Segundo Encontro Mundial dos Estados Gerais de Psicanálise. O comitê organizador julgou por bem convidar para proferir uma conferência o reputado intelectual trotskista Tariq Ali. Foi uma surpresa ruim ouvi-lo elogiar os “atentados suicidas”, o que se convencionou chamar de “kamikases”.

Foi ainda pior assistir, ao final da conferência proferida diante de várias centenas de psicanalistas, o conferencista ser aplaudido de pé, como em uma homenagem.

Pela familiaridade que teriam, por princípio, a Freud e a seus escritos “socioantropológicos”, como *Mal-Estar na Civilização* e *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, aquilo parecia não combinar e era simplesmente estarrecedor.

Uma história *hassidique*¹ nos conta que um aluno de Talmud, bastante engajado e pretensioso, foi se encontrar com o Tzaddik (o justo, o

¹ O hassidismo é um movimento religioso popular do judaísmo, originado no séc. XVIII na Polônia e Rússia do Sul. As narrativas hassidiques funcionam de forma um pouco parecida com os Koan do Zen, tendo um valor de Witz edificantes.

chefe da comunidade) para se “gabar” de já ter percorrido em profundidade o conjunto do Talmud (o que não significa nada em comparação aos volumes que constituem o conjunto de sua obra!) não apenas uma vez, mas muitas, pelo menos cinco vezes! ao que o Tzaddik lhe responde: “Eu acredito que tenha percorrido todo o Talmud tantas vezes, mas o Talmud o percorreu ao menos uma vez?” (M. BUBER, 1963).

Diante desta massa psi, diante desse oxímoro, dessa contradição inesperada colocada em ato, aplaudir de pé alguém que acabava de elogiar os atentados suicidas – a questão que se colocava era se teriam incorporado a psicologia das massas pelo menos uma vez.

Evidentemente que o orador tocava em uma corda sensível para a maioria dos latino-americanos que constituía a assembléia, aqueles que tinham tido a experiência cruel de viver sob diversas ditaduras, apoiadas pelo “império” do Norte, que tinham sufocado seus países durante longos anos.

Mas uma coisa justificava a outra?

Havia já naquele momento o sinal de uma confusão entre Terrorismo e Resistência, um equívoco de noções que eu gostaria aqui de desfazer.

Sobre um assunto tão sério como este, assunto cuja atualidade nos convoca cotidianamente e, por certo, infelizmente, ainda estará em pauta por muito tempo de maneira previsivelmente duradoura e agravada, a postura do excesso acadêmico não parece precisamente requerida (se é verdade que, para tal, seja ordinariamente necessária).

Creio ser conveniente nesse momento explicitar o lugar de onde eu falo. Sou filho de resistente FTP-MOI (atiradores franceses partidários do Movimento de Trabalhadores Emigrados), ponta-de-lança da resistência antifascista na França, e também filho de uma família da qual numerosos membros desapareceram na deportação e nos campos de extermínio.

Esse meio no qual cresci, onde construí minhas identificações iniciais, tanto de sujeito individual quanto político, me proporcionou, pelos jogos identificatórios, a transmissão de uma maneira de ser no mundo, não sem orgulho, mas menosprezando a arrogância. Nesse meio, os heróis (judeus, armênios, italianos, espanhóis, alemães antifascistas) eram pessoas simples e modestas. Suas ações grandiosas, assim como os limites que colocavam em suas ações combatentes, serviram de referência e modelo.

Fui ativista de Maio de 68, época durante a qual sempre reprovei, apesar de meus engajamentos e pelo que já assinalei anteriormente, os *slogans* fáceis, tais como “CRS²=SS” ou ainda “Nova Resistência”, que se trocavam alegremente em uma imbecilidade narcísica, operando uma confusão entre o

Estado em uma sociedade capitalista democrática e o Estado fascista.

Eu sabia, pelas evidências, que a nuance era importante. E que havia algo de obsceno na troca de palavras de ordem e na *resistência imaginária*. Embora sujeito engajado na militância esquerdista desse período, “Maio de 68” me parecia, freqüentemente, antes de ser uma “repetição geral” da Revolução – como a designava o título de um livro do teórico trotskista Daniel Bensaïd, publicado nessa época – ser a exultação de uma “resistência imaginária”. Ponto de encontro de gerações, encontro entre filhos diretos ou indiretos da Resistência e filhos diretos ou indiretos da Colaboração com o ocupante, o mesmo acontecendo na Alemanha, Itália e Japão, nações que se entregaram ao militantismo, ao fascismo e ao nazismo.

Sem dúvida, devo também incluir nesses antecedentes que meu trabalho intelectual de pesquisa tem sido mobilizado por uma abordagem crítica dos modelos simplificadores do sistema político-cultural de dominação. E que esteja atualmente centrado em um esforço para dar o contorno exato das “afinidades eletivas”, das “congruências induzidas”, das “homologias de estrutura” (para retomar uma noção elaborada por Erwin Panofsky) em seu modo operatório (*modus operandi*) e nas “maneiras de ser no mundo”, das quadrilhas, das máfias, do nazismo.

É a partir deste retrospecto que eu gostaria de trazer alguns elementos de observação susceptíveis de abrir algumas pistas de reflexão e de interrogação em torno da noção e da prática do “terrorismo”, observando que o amálgama e a simplificação não são jamais emancipadores, uma vez que constituem elementos embrutecedores mais que reveladores de consciência.

1.

Minha primeira observação refere-se ao campo semântico do político, das noções de “terror” e de “resistência”.

Segundo o *Dicionário Histórico da Língua Francesa*, o uso da palavra “resistência”, do latim *resistere*, aparece em meados do século 13, no sentido de parar, de fazer face, criar obstáculo, se opor pela força a uma pessoa que faz uso da força ou de meios de coerção, especialmente na guerra (meados do século 14).

A partir do século 16, o termo é empregado com um valor político, aplicando-se a situações de confrontar uma autoridade estabelecida, um cer-

² Nota da tradutora: *Compagnies Républicaines de Sécurité* (Companhias Republicanas de Segurança). Forças de intervenção móveis da polícia francesa sobre todo o território nacional.

ceamento de liberdade, e também de criar obstáculos aos propósitos de alguém.

Este sentido político originou, na Revolução Francesa, a expressão “direito de resistência à opressão”, que faz parte da Declaração dos Direitos Humanos (1791). É neste sentido que a palavra se aplica à ação daqueles que se opuseram à ocupação de seus países durante a Segunda Guerra Mundial e, por metonímia, que se emprega ao conjunto de pessoas (chamadas resistentes), organizações e movimentos participantes desta ação.

Quanto ao termo “terror”, que designa um medo extremo que transforma e paralisa, o encontramos em Corneille: “Attila, o terror dos mortais e o instrumento de Deus”. Refere-se também a um indivíduo perigoso que faz reinar o terror em torno de si.

É a partir do final do século 18 que passa a ter o sentido de medo coletivo que é disseminado em uma população, em um grupo, para quebrar sua resistência. Designando o conjunto de medidas de exceção tomadas pelo governo revolucionário a partir da queda dos Girondinos (junho 93) até a de Robespierre, o 9 Thermidor (27 de julho de 94).

Robespierre assim o definiu: “O terror não é outra coisa que a justiça imediata, severa, inflexível”. O termo “terrorismo” aparece no período posterior à queda de Robespierre e designa a política de terror dos anos 93, 94.

A palavra adquire aí o sentido de emprego sistemático de medidas de exceção, do uso da violência para atingir um fim político, de conjunto de atos violentos que uma organização executa para impressionar a população e criar um clima de insegurança.

*

Terrorismo e Resistência entraram, assim, na semântica política moderna, no mesmo período, pela Revolução Francesa. Notamos, entretanto, que se inscrevem em dois momentos distintos do período revolucionário. “Resistência” se inscreve antes da eliminação dos Girondinos, e “terror” é fruto do Comitê de Salvação Pública jacobino³.

A noção de *resistência* é simples. Toma consistência no embasamento ético-político da Revolução. Pertence à sua lógica interna,

³ Nota da tradutora: O Comitê de Salvação Pública era um órgão do governo revolucionário criado pela Convenção Nacional (assembleia legislativa) em 17 Germinal ano 1 (6 de abril de 1793). Ele formava “de fato” o governo da França. Inicialmente dominado pela personalidade de G. Danton, foi depois de 27 de julho de 1793 instrumento de M. Robespierre. Este Comitê de Salvação Pública exercia um regime de ditadura e de terror, sob o pretexto de “salvar a Revolução”.

emancipatória e anti-tirânica. É coerente com o Universalismo e com o Humanismo (amor ao gênero humano) do *élan* revolucionário do primeiro período.

Para a noção de *terror* as coisas se complicam, pois é para uma suposta salvaguarda da Revolução que os robespierristas retomam, por sua conta, os atributos da tirania tal como Aristóteles a tinha definido (*A Política*): “O primeiro objetivo [dos tiranos] e o fim que buscam é quebrar a moral e a força de seus sujeitos”.

Neste sentido, produz-se uma inversão com conseqüências dramáticas. A tirania, assegurando que serve ao projeto revolucionário, deixa de ser algo ao qual resistir, mas passa a ser um instrumento de dominação e opressão, “lavada” pela ideologia à qual serve.

Na tradição marxista, freqüentemente se toma o 9 Thermidor, a queda de Robespierre, por um tipo de restauração. Mas, de fato, é o terror robespierrense que restaurou o dispositivo da tirania. Por este viés, é a ordem da *libido dominandi* forjada por Santo Agostinho, mesma do *latrocinium*, “pilhagens de um desejo sem freio e da justiça suprimida”, que é reintroduzida massivamente no princípio revolucionário.

Tendo um resultado, como dirá mais tarde Benjamin Constant, que “imola ao Ser abstrato os seres reais, oferece-se ao povo em massa o holocausto do povo no varejo”.

Resistência e Terrorismo vêm a ser, a partir da Revolução Francesa, duas modalidades combatentes do projeto político “revolucionário”, embora sejam, em seus fundamentos, contraditórios.

A “resistência” *sui generis* faz objeção e obstáculo à *libido dominandi* (mesmo se, gênero humano obriga, dela não escapem em parte, por exemplo, as rivalidades entre grupos de resistentes durante a Segunda Guerra Mundial, rivalidades ligadas a prestígio, a ascendência, a influências).

O “terror” pertence completamente à ordem da dominação e da crueldade, e contradiz *de facto* os horizontes emancipadores de todo projeto “libertador”. O terror é a assinatura do princípio da tirania. É o sinal antecipado da política que virá, quando seus detentores ainda nem mesmo conquistaram os instrumentos de exercício do poder estatal.

2.

Minha segunda observação será sobre a evolução da prática terrorista, de 1880 até nossos dias.

Conhecemos a história de Kalyayev, personagem de Camus em

sua peça *Os Justos* (A. CAMUS, 1973).

Kalyayev, que deveria matar o Grande Duque Serge Alexandrovitch, não lança a bomba em sua primeira tentativa porque a vítima designada estava acompanhada de sua família e ele não suportaria, evidentemente, matar as crianças.

Da mesma forma, o anarquista italiano Angiolilo não abateu o primeiro-ministro espanhol Canovas, pelas mesmas razões, quando a primeira ocasião se apresentou.

Walter Laqueur, em sua obra *O Terrorismo* (W. LAQUEUR, 1977), relata que Dora Brilliant, uma das “revolucionárias sociais”, dizia que era mais fácil morrer que matar.

E Michaël Walzer, em seu livro *Guerras justas e injustas* (M. WALZER, 1999), traz outros exemplos comparáveis a estes, desde o IRA de antes da guerra até o grupo Stern, antes da independência de Israel⁴.

Os acontecimentos não impediam que já fossem chamados de “terroristas”. Como comentava Walzer, “era uma pequena vitória para os campeões da ordem, dentre os quais o uso do terror não era desconhecido”. De fato, não se tratava de mortes arbitrárias, menos ainda de mortes em massa, mas de assassinatos políticos, o que não os exonerava do qualificativo eventual de “terroristas” quando se tratava de atos levados a cabo em sociedades democráticas.

Segundo Michael Walzer, eles obedeciam a um código político da segunda metade do século XIX que possuía semelhanças com as leis de guerra elaboradas na mesma época. Tratados como “terroristas”, seus atos, de fato, raramente referiam-se à morte arbitrária, mas ao assassinato político.

*

Durante a Segunda Guerra Mundial, no curso da qual foi estabelecido o modelo prático da Resistência, encontramos aí, aparentemente, os mesmos “códigos políticos”.

A Resistência combatia os soldados da ocupação, organizava aten-

⁴ O IRA, nos anos 38-39, comete uma série de atentados na Grã-Bretanha. Durante um desses atentados, um militante republicano recebeu a ordem de transportar uma bomba de efeito retardado, já ajustado, a uma central elétrica de Coventry. Ele se perdeu no caminho e, quando chegou o momento da explosão, tomado de pânico, deixou a bomba, que explodiu matando cinco pedestres que passavam. Soubemos mais tarde que os que estavam diretamente implicados nesse atentado ficaram horrorizados, pois toda a campanha tinha sido preparada para evitar matar pessoas inocentes. Em novembro de 1944, Lord Moyn, secretário de Estado britânico no Oriente Médio, foi assassinado no Cairo por dois membros do grupo Stern. Os assassinos foram presos alguns minutos após o assassinato por um policial egípcio. Eles poderiam tê-lo abatido, mas este não era o objetivo. Todos foram julgados e a maioria condenada e executada (fonte: M. Walzer).

tados ou sabotagens contra os interesses logísticos dos adversários visando à sua desorganização, buscava cortar suas linhas de comunicação (dinamitava pontes, via férreas, etc.) e eventualmente visava atingir seus interesses econômicos.

A Resistência evitou o máximo possível atingir populações civis. Não faltam exemplos de ataques abortados devido aos riscos que implicavam populações civis⁵.

M. Walzer analisa que matar soldados alemães à maneira pela qual fazia a Resistência francesa, por exemplo, tratava-se sobretudo de assassinato político.

Não podemos afirmar que esta alusão sirva para os grandes grupos *maquisards* e *partisans* da Europa Central, dos Bálcãs ou do Sul da Rússia, cujas ações se aparentavam ou se tratavam estritamente de formas de guerra.

Evidentemente, as ações de resistência aqui assinaladas não eram tratadas de outra maneira que de “terroristas” pelo ocupante nazista. (cf. *L’Affiche Rouge*).

Havia, então, entre os grupos revolucionários “terroristas” (anarquistas franceses e italianos), *narodnaya volya*, ou revolucionários sociais russos, dinamitadores irlandeses de antigamente e resistentes da Segunda Guerra Mundial, uma relativa proximidade, não de ideologia mas de ética prática.

Suas ações continham, nelas mesmas, a marca do motivo de seu combate. Colocando limites às suas ações, faziam uma distinção que tinha um significado moral entre as pessoas que se podia matar e aquelas que não poderiam ser mortas nem por “acidente”.

3.

Minha terceira observação será sobre a constatação feita por Walter Laqueur, como Michaël Walzer, de uma mudança de natureza, após a Segunda Guerra, nas práticas que se reclamavam de uma perspectiva revolucionária.

Michael Walzer escreve que “o terrorismo, no senso estrito, *a morte arbitrária de vítimas inocentes*, só emerge como estratégia na luta revolucionária após a Segunda Guerra Mundial”. Isto significa, em sua opinião, “após

⁵ Nos relatos de combate da Resistência que acompanharam minha infância, o orgulho dos narradores referia-se tanto a suas astúcias, a seus sucessos, quanto ao que foram impedidos de fazer. A retirada tinha, igualmente, valor de triunfo, não menor do que as derrotas infligidas ao inimigo.

ter-se transformado em um aspecto da guerra convencional”.

Walter Laqueur atribui a mesma constatação ao fato. Segundo ele, “no século XX a vida humana veio a ser melhor negócio ao crermos cada vez mais que os fins justificam os meios e que, de todo modo, tratar as pessoas com humanidade é um preconceito burguês”.

O mesmo autor nota que os *narodnaya volya*, os anarquistas franceses ou os dinamitadores irlandeses não teriam “raptado as crianças e ameaçado matá-las na falta de pagamento de resgate. Eles não teriam contratado pessoas para fazer seu próprio trabalho sujo ou entregue pacotes contendo explosivos a turistas insuspeitáveis ou mesmo se casado e engravidado uma mulher para fazê-la explodir com seu presente de casamento no vôo Londres-Tel-Aviv”⁶.

Ele acrescenta ainda que “eles não teriam esperado de governos estrangeiros o pagamento de uma indenização de milhões de dólares para o cumprimento de uma missão mercenária⁷. Eles não teriam torturado, mutilado, violado, emasculado suas vítimas, não se teriam lançado em massacres insensatos em suas próprias fileiras”⁸.

Finalmente, ele observa que nenhum dos terroristas dos anos 60-70, originários da Europa Ocidental, da América do Norte, do Japão ou do Oriente Próximo, foi executado. Que tiveram ainda a sorte de serem soltos

⁶ Trata-se aqui da lembrança de algumas ações empreendidas por grupos palestinos nos anos 70. A última evocação concerne a uma operação organizada asseguradamente pelos serviços secretos sírios. Foi objeto de um sketch particularmente bem realizado em um filme italiano da mesma época intitulado “Os novos monstros”.

⁷ Só os tupamaros, talvez, no Uruguai, nos anos 70, apresentavam um perfil vizinho daquele dos “terroristas” russos do fim do século XIX.

⁸ Este último ponto é uma lembrança de extrema violência do grupo da Armada Vermelha japonesa Nihon Sekigun. Em fevereiro de 1972, 14 cadáveres de militantes, mutilados e torturados, dos quais alguns haviam sido enterrados vivos foram descobertos em um esconderijo desse grupo esquerdista japonês. Uma parte do grupo havia liquidado a outra sob o pretexto de que essa última mostrava sentimentos insuficientemente revolucionários. Sobre a Armada Vermelha japonesa, devemos ler obrigatoriamente o livro de Michael Prazan *Les Fanatiques, histoire de l'Armée Rouge japonaise* (ed. Du Seuil). O autor lhe atribui, de forma bastante convincente, a introdução da prática do ‘kamikaze’ no movimento nacionalista revolucionário árabe, via sua aliança com o FPLP de Georges Habache, na Síria. Convém notar, entretanto, que os primeiros atentados suicidas na região, filmados em videocassetes preparados antecipadamente, foram organizados pelo PPs, um partido pró-Síria, nacional-socialista libanês. Mais importante ainda, e pesada de sentido, aparece a informação que o autor nos revela sobre a influência, nesse grupo esquerdista, de autores de filmes pornográficos ultra-violentos no Japão: os Pinku Eiga. Esses filmes misturam onirismo, ultra-violência, avant-garde, sadomasoquismo, comportamentos desviantes, com o pretexto de denunciar a “moral burguesa”. Assim, o cineasta Masao Adachi vem a ser o líder político do grupo e a atriz e antiga hostess de bar, Fusako Shigenobu, conhecida como a “rainha vermelha” é a chefe absoluta. O autor cita ainda uma frase de Hisayahu Sato, um dos cineastas do movimento Pinku, que é todo um programa: “Eu quero fazer um filme cuja influência teria o poder de conduzir os espectadores à loucura, de lhes fazer cometer um assassinato”...

antes de terem cumprido suas penas, graças às ameaças de seus companheiros sobre as autoridades ou às negociações secretas com seus comandatários⁹.

As observações, tanto de Michael Walzer quanto de Walter Laqueur, devem ser tomadas com muita seriedade.

*

O historiador Georges Mosse, em seu livro *De la guerre au totalitarisme* (G. MOSSE, 1999), identifica o “embrutecimento” das sociedades ocidentais consecutivas à massificação da morte já durante a Primeira Guerra Mundial.

Notado igualmente pelo historiador Maurice Agulhon, na virilização dos emblemas e representações alegóricas no esboço dos futuros totalitarismos existe também, em *L’image de l’homme, l’invention de la virilité moderne* (G. MOSSE, 1997), igualmente identificada, a construção de um estereótipo helênico da virilidade moderna confluindo com este “embrutecimento” ou sendo um de seus esboços.

De sua parte, o sociólogo Thorstein Veblen já havia, no fim do século XIX, observado o que ele chama de sobrevivências modernas da proeza bárbara, identificando, enquanto clínico, a violência a custo amortecida pelos costumes e maneiras do capitalismo especulativo dos anos 1880-1900, em busca de dinheiro, glória e prestígio.

Uma trama de violência tecendo pouco a pouco a cultura (como psiquê coletiva) no Ocidente, contrariando a promessa de “civilização dos costumes” que acreditava poder discernir, no movimento da modernidade, Norbert Élias (N. ÉLIAS, 1973).

Poderíamos pensar então que, ao fim da Segunda Guerra Mundial, tivemos como resultado dos regimes totalitários fascistas, nazistas e stalinistas e de seus governos “terroristas”, o “embrutecimento” latente notado por Georges Mosse e que, após o abismo aterrorizante do gozo mortífero nazista, esse embrutecimento tenha concluído sua mutação em “criminalização” progressiva e contagiosa.

Em todo caso, as passagens ao ato extremas do nazismo prioritariamente e do stalinismo complementarmente, parecem ter inscrito um traço indelével nas bases culturais contemporâneas da modernidade. E o que nos preocupa aqui: o radicalismo político, em seu *modus operandi* e em suas *maneiras de ser no mundo*.

⁹A obra é redigida em 1977. Alguns casos depois tendem a moderar esta constatação (Carlos, Action Directe, etc.).

A política do terror, a indistinção crescente dos alvos, a maximização do assassinato político em direção ao assassinato arbitrário e este em direção a “mortes em massa” como novo modelo, após a Shoah, de extremismo político, com aprovação de intelectuais progressistas engajados¹⁰, marcam esse deslizamento fatal.

Não está excluído que este deslizamento tenha sido facilitado, encorajado, ampliado mesmo pelos labirintos de intriga, golpes escusos, hipocrisias da “guerra fria” e pela passagem da violência revolucionária ao terrorismo diretamente de Estado ou instrumentalizado pelos Estados *sponsors* (em geral países do bloco soviético ou do Oriente Médio).

Pareceu-me sempre espantoso que, enquanto o esquerdismo em todas as suas tendências, trotskistas, maoístas, anarquistas, se caracterizasse por seu antisovietismo, os grupos terroristas oriundos desta influência não tenham jamais sido alvo dos Países do Leste. Esta ausência é compreensível como sinal implícito de uma tranquilidade no mínimo oportunista ou como indício de que estes grupos eram uma criação direta dos serviços ativos destes países¹¹.

Como também não está excluído que, por ocasião do conflito israelo-árabe, formadores da KGB e velhos SS repatriados depois da guerra e reconvertidos a certos serviços secretos dos países árabes tenham produzido, em situação, a síntese de seu *savoir-faire*. E tenham dispensado aos candidatos revolucionários vindos buscar nos campos de organização palestinos o complemento de iniciação que lhes faltava.¹²

¹⁰ Pensamos em Jean Paul Sartre e em seu prefácio aos *Damnés de la terre* de Franz Fanon: “Matar um europeu é obter dois resultados pela mesma ação: é destruir um opressor e o homem que o oprime ao mesmo tempo: ele continua em efeito um homem morto e um homem livre” (sic). Pensemos ainda no italiano Franco Salinas, cenarista do filme de Pontecorvo *A Batalha de Alger*. Os exemplos não faltam, em cada país outros intelectuais cumpriram a mesma tarefa...

¹¹ Após o desmoronamento dos regimes do “socialismo real”, as provas começam a sair das instrumentalizações de grupos terroristas revolucionários. Mas, na loucura da “guerra fria”, nada pode ser excluído, nem mesmo, em certos casos, as manipulações pelos serviços dos países ocidentais, desconhecidos nessa época. Eis o estado de desconfiança no qual, em nossos dias, a vontade de discernimento político se encontra ligada.

¹² Sobre essas questões, as fontes só serão de segunda mão por longo tempo. Elas apresentam então sempre o risco de serem incompletas, truncadas, manipuladas, induzidas. Somente sua coerência à construção de um “pensamento crítico e clínico” do político e do estratégico pode assegurar o mínimo de credibilidade. Citemos: *Le croissant et la croix gammée*, de Roger Faligot e Rémi Kauffer, ed. Albin Michel; *Les dossiers secrets du terrorisme*, de Roland Jacquard, ed. Albin Michel; *L’Olp entre terrorisme et diplomatie*, de John Laffin, ed. Panorama Verlag; *La nébuleuse: le terrorisme du moyen – orient*, de Xavier Raufer, ed. Fayard; *Guerres secrètes au Liban*, de Annie Laurent e Antoine Basbous, ed. Gallimard; *The PLO*, de Julien Becker, ed. Wendelfeld & Nicolson; *PLO in Libanon, selected documents*, de Raphaël Israeli, ed. Wendelfeld & Nicolson; *Le mystère Abou-Nidal*, de Yossi Melman, ed. Hermé; *Le KGB dans le monde, 1917-1990*, de Christopher Andrew e Oleg Gordievsky, ed. Fayard.

É notável, e não sem conseqüências, que foram aproximados nessa época, nos campos, militantes de extrema direita e militantes neonazistas. Estes últimos em torno do anti-sionismo, tendo servido de ‘caldeirão de feiticeira’ esboçando essa quimera ideológica designada hoje em dia por *brun-rouge*.

Quanto à “maneira de ser no mundo”, encontramos a mesma forma de “heroização da violência” como proeza social tanto nas quadrilhas quanto no nazismo. O terrorista dos anos 70 se transmutou em marionete da violência e apresenta uma postura de permissividade. Ele exhibe vantajosamente os traços remanescentes do comportamento bárbaro. Esse mesmo comportamento foi evidenciado por Thorstein Veblen e desvendado na comédia social chamada por ele de *Classe de Loisir* (T. VEBLEN, 1970).

Hospedagens em palácios, deslocamentos em jatos colocados à disposição por alguns Estados, vida luxuosa e livre do trabalho. Como relata Hans Joachin Klein (H. J. KLEIN, 1980), o terrorista “internacional”, gozando de legitimidade no espaço público a partir da referência de “resistente” revolucionário dada por Estados democráticos decretados “fascistas”, vem a ser, nesse período, um ator daqui para frente definitivo da ordem da tirania, e seus atos relevam exclusivamente a *libido dominandi*. Só os pequenos “ingênuos” da política puderam ser enganados.

É sem dúvida por aqui, provavelmente nesta inexorável deriva, que convém compreender de um lado a porosidade ou a congruência entre grupos terroristas e o “crime organizado”. E a conversão de numerosos movimentos revolucionários do mundo em narco-guerrilhas (FARC, UCK, etc.) e narco-fundamentalistas.

O tráfico de drogas não se transformou em ponto de confluência de redes terroristas e de redes mafiosas que se imitam em violência e se intrpenetram em interesses, e o ponto de fusão entre expressão militante e ameaça criminal?

4.

Da seção *Werewolf* (lobisomem) da SS, especializada no terrorismo e assassinato individual, Hitler exigia: “Vocês devem ser indiferentes à dor. Vocês não devem sentir ternura nem piedade. Quero ver nos olhos de um jovem homem impiedoso a aura de orgulho e independência que vejo nos olhos de uma besta predatória” (B. FROST, 1973).

Em outra parte, ele declara: “Nos castelos sob meu domínio crescerá uma juventude que aterrorizará o mundo. Eu quero uma juventude violenta, despótica, sem medo, cruel...” (H. RAUSCHNING, 1939).

A indiferenciação entre resistência e terrorismo, a complacência oportunista ou indulgente em relação às ações de mortes em massa (atentados suicidas, aviões-bombas, veículos emboscados, bombas em locais públicos, *kamikazes*, etc.¹³), cotidianamente observáveis, indicam um desmoronamento dos códigos de guerra que têm por objetivo preservar as resoluções políticas após um conflito armado¹⁴. Assim como indicam também uma fraca exultação, pois, à distância e sem riscos, não têm nada a ver com a legitimidade seminal de um projeto revolucionário que supostamente preservaria um futuro de reconciliação pacificada e solidária onde uma luta “progressista e emancipatória” se autojustificaria.

Aqueles que, esquivando-se de fazer a diferença entre resistência e terrorismo, não se distinguem radicalmente do modo operatório do terrorismo e do assassinato em massa, assinalam a mentalidade da qual procedem. Ainda que construam a si próprios a ilusão, travestindo com a legitimidade de “resistência” uma realidade que nada mais é do que terrorista.

Montaigne já havia, para as guerras de seu tempo, mostrado esta disposição: “Não existe hostilidade mais completa que a cristã. Nosso zelo faz maravilhas quando favorece nossa disposição em direção ao ódio, à crueldade, à ambição, à avareza, ao rebaixamento, à rebelião (...) Nossa religião é feita para extirpar os vícios; ela os esconde, os nutre, os incita”. (M. DE MONTAIGNE, 2002).

O psicanalista Jacques Lacan, por sua vez, observou que “a palavra ultrapassa aquele que fala; aquele que fala é sempre falado” (J. LACAN, 1971).

O discurso esquerdista de 68, com seus *slogans* caricaturais e triviais de CRS=SS, ou de “Nova Resistência”, se vangloriava de proceder de uma resistência “imaginária”.

Infantilidades. Hoje seu silêncio – quando não a negação ou a justificativa, uma inacreditável indulgência ou uma condenação de conveni-

¹³ Que a imaginação dos ataques suicidas aerotransportados sobre as torres de Manhattan se encontram já nos cartões da aviação nazista deveria fazer refletir aqueles que se dizem de um anti-fascismo unicamente proclamatório.

¹⁴ O rearranjo dos códigos de guerra islâmicos herdados dos hadiths do profeta (compilados por Abou Daoud ou Ahmed Ibn Hanbal) pelos imams salafistas para legitimar o assassinato em massa, compreendendo mulheres, crianças, velhos e a utilização de armas de destruição massiva, é um sinal complementar desse desmoronamento “global”, desse deslizamento mortífero inexorável.

ência – diante do terrorismo não vale uma palavra e declara através dessas rimas o que já desmoronou: seja se dizendo “compadecido” e “libertário” de fato mergulhado de corpo e alma na criminalidade prática e moral que o envolve e o ultrapassa.

Combater o capitalismo, o ultraliberalismo, a razão instrumental, só terá crédito e consistência se se separar do “pensamento em blocos”, como dizia M. Horkheimer (M. HORKHEIMER, 1993), se esta luta contiver a defesa das forças de vida contra todas as manifestações variadas das pulsões mortíferas. O que não é o caso.

*

Esta confusão entre “terrorismo” e “resistência” é um sintoma entre outros. É preciso, ainda, no prolongamento de nossa proposição, evocar o uso feito pelas mídias “bobos” (burguesa-boêmia) da palavra “rebelde” e de sua proliferação epidêmica, em figura de Ideal.

Construção autosugestiva e frívola, que parece ter sua origem em um antiautoritarismo e um adolescentismo benigno, do qual a reprodução, o desenvolvimento, o reflexo nas mídias por sua propagação imitativa na imprensa, provoca uma anomia léxica. (G. RABINOVITCH, 2005).

Insurgentes, resistentes, guerrilheiros, revoltosos, amotinados, opositores, contestadores, dissidentes, detratores, etc., todo um vocabulário rico de nuances de combates entre oposições, de conflitos liberadores, desaparecem cada vez mais.

Pela epidemização acéfala, instala uma indistinção sob o mesmo termo entre autênticos opositores políticos e narcotraficantes, narcoguerrilheiros patentes, grupos terroristas variados, gangues de predadores, “bandidos de grandes trajetórias”. E ainda cobre de uma mesma vestimenta semântica os combates nobres e as crueldades e atrocidades sem nome; misturam em uma total confusão: perseguidos e bandidos, “viradores” e crápulas, movimentos reivindicatórios e quadrilhas

Destruindo toda possibilidade de avaliação moral, de referências éticas nas motivações dos sujeitos e de suas ações, queimando os limites entre o admissível e o condenável, o proscrito e o aceitável.

Ao que se acrescenta, evidentemente, a trivialização publicitária e apologética da utilização do mesmo termo (rebelde); tanto as lojas *people*, os automóveis e outros produtos de consumo são assim incensados; assim como personalidades de perfis muito distintos que vão de insignificantes atores de entretenimento a autênticos criadores, se encontram aí coroados.

Tudo isto é seguido, ou melhor, iniciado no “brilho de superioridade”, como diria Gabriel Tarde (G. TARDE, 1993), por célebres penas do jornalismo (J. F. Kahan) e da filosofia midiática (M. Onfray) e por artifícios enciclopédicos, tais como “Mundos Rebeldes”, transformado em “Mundo Rebelde Júnior”, que, por sua vez, se transforma, para os pequeninos, em “Dicionário do Pequeno Rebelde”.

Devemos aqui reter como uma lição o que consignava S. Kracauer em sua *História do Cinema Alemão* (S. KRACAUER, 1973): o quanto o tema da “rebelião” e a figura do rebelde no cinema pré-hitleriano, com o qual veiculavam o desaparecimento do desejo de amadurecer, predispunha às seduções hitlerianas.

Precisaríamos, ainda, evocar como a figura do traficante toma o lugar do proletário na galeria dos retratos dos heróis do social, na medida em que o trabalho, seus méritos e seus sacrifícios se encontram desacreditados em função dos gozos da drogadicção de todos os tipos de “gozar sem entraves” (G. RABINOVITCH, 2001).

Este “gozar sem entraves”, que se acreditava brilho libertário da “liberdade sexual” – o oxímoro mais grotesco dos anos 68, como sublinhava Lacan –, não se via tão congruente e afinado ao desenvolvimento consumista de um “capitalismo” hipermoderno que ele acreditava honrar e às suas lógicas reificantes.

Alguns indícios, entre mil, já nesse continente: no México, hoje, os cantos revolucionários compostos à glória dos heróis da Revolução Mexicana Pancho Villa e Emilio Zapata foram reescritos para vangloriar os chefes dos cartéis da droga. No Rio, a “direção política” das quadrilhas, autêntico sindicato do crime, se chama “Comando Vermelho” e em São Paulo se proclama “Primeiro Comando da Capital”.

Para concluir

Todas essas confusões participam da instalação possível de uma cultura imperial sem precedentes, de “todo poder”, do ódio, do niilismo e da razão instrumental. Para compreender sua extensão, será útil lançar mão de algumas balizas, como as citações de autores que são a indicação de “companheiros de pensamento” e testemunham a dívida devida.

Eu vos sugiro quatro que o tempo certamente não tornou “caducas”.

A observação do filólogo Vitor Klemperer: “A língua não se contenta de fazer poesia e de pensar em meu lugar; ela dirige também meus sentimentos, ela rege todo o meu ser moral cada vez mais naturalmente que

me remeto inconscientemente a ela. E o que acontece se esta língua cultivada é constituída de elementos tóxicos? As palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: nós as engulimos sem nos darmos conta e elas parecem não nos fazer nenhum efeito e eis que após algum tempo o efeito tóxico se faz sentir” (V. KLEMPERER, 1996).

A lição de Albert Camus: “A revolução sem honra, a revolução do cálculo que, preferindo um homem abstrato a um homem de carne, nega o ser tantas vezes quantas forem necessárias, coloca justamente o ressentimento no lugar do amor. Tão logo a revolta, esquecida de suas origens, se deixa contaminar pelo ressentimento, ela nega a vida, aplaina a destruição e faz levantar as legiões desprezíveis desses pequenos rebeldes, sementes de escravos que acabam por se oferecer hoje, em todos os mercados da Europa, a qualquer servidão. Ela não é mais revolta nem revolução, mas rancor e tirania” (A. CAMUS, 1951).

A análise lúcida e sem ilusões que Sigmund Freud fez sobre a fascinação que exerce o criminoso sobre o neurótico: “O grande criminoso força nosso interesse pela conseqüência narcísica com a qual ele sabe manter distante dele tudo que diminui o Eu, encarnando uma espécie de posição libidinal inexpugnável. Ainda que as leis reprimam as conseqüências de seus atos” (S. FREUD, 1969).

E, finalmente, o aviso de Alexis de Tocqueville: “É preciso uma ciência política nova para um mundo novo. Mas nem mesmo sonhamos com isto; colocados no meio de uma rápida correnteza, fixamos obstinadamente os olhos em direção a alguns detritos que percebemos ainda sobre a relva, enquanto a correnteza nos leva e nos empurra de volta para o abismo” (A. DE TOCQUEVILLE, 1986).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUBER, M. *Les Récits Hassidiques*. Paris: Ed. du Rocher, 1963.

CAMUS, A. *L'Homme Révolté*. Paris: Ed. Gallimard, 1951.

CAMUS, A. *Les Justes*, Paris: Ed. Gallimard, 1973.

ÉLIAS, N. *La Civilisation des Mœurs*. Ed. Presse Pocket, 1973.

FREUD, S. *La Vie Sexuelle*. Ed. des P.U.F, 1969.

FROST, B. *Book of the WereWolf*. London: Ed. London Sphere Books, 1973.

- HORKHEIMER, M. *Notes Critiques*. Ed. Payot, 1993.
- KLEIN, H. J. *La mort mercenaire, témoignage d'un ancien terroriste ouest-allemand*. Ed. du Seuil, 1980.
- KLEMPERER, V. *LTI, La Langue du IIIème Reich*. Ed. Albin Michel, 1996.
- KRACAUER, S. *De Caligari à Hitler, une histoire du cinéma allemand*. Ed. Flammarion, 1973.
- MONTAIGNE, M. DE. *Les Essais, II, 12*. Ed. Arléa, 2002.
- LACAN, J. *Séminaire, Livre XVIII: D'un discours qui ne serait pas du semblant, (à paraître)*, 1971.
- LAQUEUR, W. *Le Terrorism*. Ed. des P.U.F, 1979.
- MOSSE, G. *L'image de l'homme, l'invention de la virilité moderne*. Ed. Abbeville, 1997.
- MOSSE, G. *De la Grande Guerre aux totalitarismes, la brutalisation des sociétés européennes*. Ed. Hachette Littératures, 1999.
- RABINOVITCH, G. "Le trafiquant et ses caves", dans *Travailler*, revue internationale de psychopathologie et psychodynamique du travail, n° 7, 2001.
- RABINOVITCH, G. "Figuras da barbárie", dans *Psicologia em Revista*, vol. 11, n° 17, 2005.
- RAUSCHNING, H. *Hitler m'a dit*. Ed. de la Coopération, 1939.
- TARDE, G. DE. *Les lois de l'imitation*. Paris: Ed. Kimé, 1993.
- TOCQUEVILLE, A. DE. *De la Démocratie en Amérique*. Ed. Laffont, 1986.
- VEBLEN, T. *Théorie de la classe de loisir*. Ed. Gallimard, 1970.
- WALZER, M. *Guerres justes et injustes*. Ed. Belin, 1999.